

CLIPPING IMPRESSO

31/08/2021



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. PRECATÓRIOS.....	3 - 5



Apoio Técnico do Judiciário

O presidente do Conselho Estadual de Saúde, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, reuniu-se com a supervisora do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário do Maranhão, juíza Laysa Paz Mendes, e com a equipe do órgão, no Fórum de São Luís, no último dia 26. Desde que assumiu a Presidência do Conselho, em junho de 2021, após convite realizado pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, essa foi a primeira reunião de Jamil com o Natjus, com o objetivo de definir ações e estratégias para a atual gestão.

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 46/2021 – SRP Processo nº 22217/2021	
Objeto: Água mineral acondicionada em vasilhames plásticos de 20 litros e fornecimento de vasilhames plásticos de 20 litros; Abertura: 16/09/2021, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); Local: www.gov.br/compras/pt-br/ ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luis/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br ; Fones: (98) 3261-6181 / 6194. São Luis, 27 de agosto de 2021. André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.	

Senado busca junto ao governo e STF solução para pagamento de precatórios e aprovação do Auxílio Brasil

Rodrigo Pacheco se reuniu com o ministro Paulo Guedes Pacheco ontem (30) e nesta terça-feira se encontra com o presidente do Supremo, Luiz Fux

GIL MARANHÃO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), iniciou nessa segunda-feira (30) uma série de diálogos com vista a encontrar uma solução para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do pagamento de precatórios. A PEC 23/2021, entregue pelo governo ao Congresso no dia 9 de agosto, muda o pagamento de precatórios (dívidas do governo com sentença judicial definitiva).

Precatórios são dívidas da União com pessoas físicas, jurídicas, estados e municípios reconhecidas em decisões judiciais transitadas em julgado, ou seja, definitivas, e que devem ser pagas pelo governo, com previsão anual no Orçamento. Com a PEC, o governo visa a compatibilizar essas despesas com o teto de gastos (regra que limita o crescimento da maior parte das despesas à inflação do ano anterior).

Na segunda, Pacheco teve um encontro com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar deste e de outros temas da pauta econômica que tramita na Casa, como o Auxílio Brasil – que vai substituir o programa Bolsa Família. Nesta terça (31), ele vai se reunir com presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas-AL), na busca de uma



PEDRO GONTIJO/SENADO FEDERAL

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, recebeu na sua residência oficial o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar da pauta econômica que tramita no Congresso, como PEC dos Precatórios, Auxílio Brasil e Privatização dos Correios

posição sobre os precatórios.

“Há uma possibilidade, desde sempre ventilada, e que agora tem evoluído, considerando que houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal relativa a obrigatoriedade do pagamento de R\$ 89 milhões de precatórios, no ano de 2022, que se faça uma composição, mediada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), presidido pelo ministro Luiz Fux. Uma solução que nós reputamos inteligente, possível. O CNJ poderia realmente dar esse encaminhamento”, disse Pacheco.

O IMPASSE

Também nessa segunda, antes de se encontrar com Guedes, o presidente do Senador se reuniu com Lira, líderes partidários da Câmara, e mais o líder do Governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE) e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (DEM-AP). O impasse na aprovação da PEC dos Precatórios, segundo os congressistas, está no seguinte: o governo alega que o volume de precatórios previsto para o

próximo ano cresceu muito além da expectativa – R\$ 89,1 bilhões, ante os R\$ 56,4 bilhões em 2021. Como a despesa com precatórios faz parte do Orçamento, está dentro do Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95/2016) e é obrigatória, ela pressiona o teto, podendo levar a cortes em outras áreas.

A PEC 23/21 que o governo enviou ao Congresso amplia a possibilidade de parcelamento para outros precatórios (acima de R\$ 66 milhões), em dez anos, com a criação de um fundo. No entanto, o governo vem trabalhando pela via jurídica, com respaldo do Tribunal de Contas da União (TCU) para modular a forma de pagamento.

“Nós havíamos tentado uma via legislativa, uma PEC, mas aparentemente há uma solução mais efetiva, mais rápida, e inclusive mais adequada juridicamente. Foi a conclusão dos presidentes do Senado e da Câmara, apoiando esse aceno do ministro Luiz Fux”, disse o ministro Paulo Guedes, após o encontro com Pacheco.

“Nós estamos tecnicamente em contato com o pessoal do Supremo e do TCU. A ideia inicial foi do ministro Bruno Dantas, e eu acho que nós vamos chegar a um bom termo nesse sentido de abrir, dentro da Responsabilidade Fiscal, dentro de espaços definidos pelo próprio teto do governo, abrindo espaço para um Bolsa Família”, completou o ministro.

Auxílio Brasil, Privatização dos Correios e MP que altera as regras trabalhistas aguardam votação

Além da PEC dos Precatórios, outras matérias aguardam análise e votação por parte do Senado, como o novo programa social Auxílio Brasil, a privatização dos Correios e a Medida Provisória que altera as regras trabalhistas. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco afirmou nessa segunda-feira (30) que é preciso avançar na questão do pagamento dos precatórios para possibilitar a criação do novo programa social que, segundo ele, também é prioridade do Congresso Nacional e do governo federal. “A solução da questão dos precatórios acaba por desaguar em outra solução absolutamente fundamental para o Brasil que é o estabelecimento de um programa social incrementado, que substitua o Bolsa Família, que possa atingir o maior número de pessoas, com o valor atualizado para se dar a essas pessoas o poder de compra, especialmente

no momento em que se elevam os preços das coisas no geral”, enfatizou.

O encontro com o ministro Paulo Guedes, segundo Pacheco, teve como objetivo buscar um “alinhamento importante” para se avançar nessa pauta econômica do governo que tramita no Congresso Nacional.

PRIVATIZAÇÃO/CORREIOS

“A privatização dos Correios, já aprovada na Câmara, também tem grande interesse por parte do Ministério da Economia e já estamos dando andamento no Senado Federal, distribuída a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Lá ela terá um relator, será apreciada no decorrer de setembro, e eu espero que o Plenário, tão logo haja esse pronunciamento da Comissão de Assuntos Econômicos, também aprecie esse tema da privatização dos Correios”, disse.

Pacheco garantiu que nesta semana a Casa estará dedicada a discutir e votar a MP 1.045/2021 que altera as regras trabalhistas. “O Senado tem trabalhado no mérito dessa Medida Provisória que pode estabelecer alguns programas de geração de emprego e de trabalhos que são importantes e alguns questionamentos em relação às disposições alteradas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Senado tem refletindo a respeito também. Busquei também um alinhamento com a Câmara para ter um resultado de apreciação da Medida Provisória, se não na sua inteireza, mas em parte substancial dela: que é a própria preservação da sua origem, um programa de geração de trabalho muito importante pelo momento de pandemia que nós vivemos”, declarou. (Com informações da Agência Senado)

Cláudio Humberto

www.diariodopoder.com.br



Com André Brito e Tiago Vasconcelos

*“Economia apoia muito a solução dos ministros Fux e Bruno Dantas”
 Paulo Guedes sobre a ideia de estabelecer limite anual para pagamento
 de precatórios*

Governo foi avisado dos precatórios em junho

O governo não foi surpreendido com os R\$89 bilhões a serem pagos em precatórios em 2021. Fontes do Supremo Tribunal Federal informaram a esta coluna que em junho o Ministério da Economia foi informalmente avisado desse montante, afinal oficializado em julho. O secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt, disse que esperava um máximo de R\$45 bilhões, considerando os valores históricos, e diz ter sido surpreendido.

Imobilismo

Diz-se na Justiça que o “aviso informal” de junho dava tempo de negociar até o parcelamento dos precatórios, mas o governo não se mexeu.

Mãos atadas

Desconfiam no Planalto que o valor inédito precatórios objetivaria tirar do governo R\$50 bilhões em investimentos no ano eleitoral de 2021.

Bola no chão

O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, querem que o ministro Luiz Fux seja o árbitro dessa questão

Toma, o filho é teu

Presidente do STF e CNJ, Fux tem autoridade para definir como pagar os R\$89 bilhões em precatórios durante apenas o ano de 2022.